

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

## **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: formação e objectivos\***

**AFONSO MALHEIRO**

Diplomata

\* As opiniões e informações contidas neste trabalho apenas vinculam o seu autor.

O mapa da política internacional encontra-se hoje dominado pelas novas fronteiras de grandes alianças multilaterais. Os Estados soberanos reúnem-se sob «chapéus» comuns para melhor defender os interesses partilhados, participar e aproveitar das formas de cooperação que estabeleceram, e também porque se reconhecem em princípios, valores e laços de afectividade histórica ou geográfica. Ao investirem o seu esforço através de determinada comunidade de países, os Estados contribuem para o engrandecimento dessa união ao mesmo tempo que engrandecem a sua identidade nacional pelo sentimento de pertença a um quadro de referências mais amplo.

Os interesses fundamentais dos Estados passam, cada vez mais, pela sua participação nas decisões tomadas em organizações internacionais.

Portugal, o Brasil e os Países Africanos de Expressão Portuguesa, herdeiros de um legado comum, libertos dos condicionalismos de outrora, decidiram desenhar e começar a construir uma nova entidade/identidade internacionais.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (cplp) nasceu em Lisboa a 17 de Julho de 1996. A Cimeira Constitutiva do mais recente «fórum» internacional culminou um longo trabalho diplomático realizado ao longo de seis reuniões dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e de trinta e seis reuniões do Comité de Embaixadores dos sete futuros países membros.

A ideia fora lançada pelo Ministro Jaime Gama em 1983, no decorrer de uma visita oficial a Cabo Verde e, mais tarde, «agarrada» pelo Embaixador brasileiro Aparecido de Oliveira, então Ministro da Cultura, que desempenhou, no momento certo, um importante papel na reunião desta comunidade de povos.

Deve-se, igualmente, realçar a persistência dos esforços empreendidos pelas autoridades portuguesas ao longo de todo o processo negocial, apesar da alternância política dos Governos de Lisboa. Os consulados de Durão Barroso e de Jaime Gama demonstram bem, neste caso, o empenho convergente dos dois maiores partidos políticos portugueses em relação às grandes questões de desígnio nacional.

O último encontro dos Ministros dos Negócios Estrangeiros realizou-se no Maputo, em 17 e 18 de Abril último, e marcou o fim do processo negocial, preparatório da institucionalização da cplp.

Aí se acordou, definitivamente e por unanimidade, o conjunto de princípios, objectivos e procedimentos que iria nortear a versão final da Declaração Constitutiva e dos Estatutos da Comunidade, e se fixaram as datas da realização da Cimeira.

Esta teria lugar em Lisboa, cidade onde ficaria sediada a futura Organização e seria também Portugal o país a quem caberia a honra e a responsabilidade de protagonizar a sua primeira Presidência rotativa.

Foi decidido que os cargos de Secretário Executivo e de Secretário Executivo Adjunto seriam exercidos por personalidades de prestígio, designadas pelos países membros, segundo a ordem alfabética. Assim, Angola propôs, e foi imediatamente aceite, que o seu ex-Primeiro-Ministro, Marcolino Moco, assumisse o Secretariado Executivo da cplp. Em seguida, São Tomé e Príncipe apresentou a candidatura de Rafael Branco, antigo Embaixador nas Nações Unidas e Ministro das Finanças para o cargo de Secretário Executivo Adjunto da Comunidade, proposta que reuniu o acordo de todos.

Houve reticências e pessimismos por parte de alguns «velhos do Restelo». Houve as contrariedades naturais nestes processos como dois adiamentos – justificáveis – da data da Cimeira Constitutiva. Mas, o projecto da criação da cplp era uma prioridade para os seus membros e o novo fórum não tardou.

Aprontados os trabalhos na reunião do Maputo, era óbvio que a Cimeira Constitutiva de Lisboa teria de se realizar num ambiente de festa, de alegria e de confiança no reforço dos laços fraternais que, desde há muito, ligam os sete países entre si, através de uma língua comum.

A Cimeira de Lisboa não defraudou as expectativas: enquanto, com pompa e circunstância, os sete Chefes de Estado e de Governo se reuniam solenemente em Belém, para comemorar a ocasião decorriam, na rua, festejos populares com concertos e exposições. Organizaram-se ainda palestras de escritores, reuniões de empresários, encontros de jornalistas e uma grande confraternização dos jovens de todos os países membros desta nova Comunidade Lusófona.

O tom estava dado: a cplp seria uma entidade formal mas aberta ao diálogo e à participação de todos, carregada de simbolismo histórico mas virada decididamente para o futuro, congregando simultaneamente a vontade dos Estados e dos seus povos numa aposta de desígnio comum.

A Declaração Constitutiva é suficientemente elucidativa a este respeito: os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, imbuídos dos valores da paz, da democracia e dos direitos humanos, respeitosa da esfera de soberania de cada um e conscientes da oportunidade única que lhes era oferecida, consideraram imperativo:

- consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;
- estimular a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum; e,
- reiterar o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus povos e para uma afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa.

Mas os Presidentes dos Sete não se ficaram pela declaração de intenções, por maior mérito que estas pudessem ter, antes consideraram necessário identificar objectivos concretos a atingir, entre os quais:

- promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos países membros no espaço da cplp;

- incentivar a difusão e o enriquecimento da Língua Portuguesa, mediante, nomeadamente, a dinamização do Instituto Internacional da Língua Portuguesa;
- promover a concertação político-diplomática entre os Sete, particularmente no âmbito das organizações internacionais;
- estimular o desenvolvimento de acções de cooperação interparlamentar;
- desenvolver a cooperação económica e empresarial, através da definição e concretização de projectos de interesse comuns;
- dinamizar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica;
- mobilizar esforços e recursos para o apoio solidário aos programas de reconstrução e reabilitação e acções de ajuda humanitária e de emergência;
- promover a coordenação das actividades das diversas instituições públicas e privadas, associações de natureza económica e ong empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus países;
- coordenar e reforçar a cooperação no domínio judicial e das políticas de imigração, visando a total erradicação do racismo e da xenofobia; e,
- promover medidas que visem a melhoria efectiva das condições de vida das crianças, o reforço da condição social da mulher e a promoção do papel dos jovens nas sociedades dos Sete.

Apesar do carácter ambicioso dos seus objectivos, ou melhor, precisamente por causa da preocupação em não comprometer a expectativa criada, foi, desde logo, opinião unânime dos responsáveis dos Sete, que se deveria fazer assentar a construção da futura Comunidade em alicerces sólidos, num processo gradual de avanços por pequenos passos, baseados em consensos e orientados numa perspectiva de pragmatismo, em consonância com a realidade e os condicionalismos dos países membros. Seria inútil e contraproducente elaborar construções teóricas megalómanas que, por falta de recursos, nunca poderiam ser levadas à prática.

Decidiu-se, assim, dotar o Secretariado Executivo – que é, como o próprio nome indica, o órgão executor das decisões da Comunidade – de uma estrutura leve e flexível, por forma a permitir-lhe reagir rapidamente e adaptar-se com facilidade à evolução das circunstâncias presentes.

Ao contrário das grandes estruturas de âmbito similar, como a Comunidade Francófona ou a Commonwealth (cujo Secretariado emprega trezentos e sessenta funcionários e só em despesas de funcionamento gasta, anualmente, mais de dois milhões de contos – que não se pode atingir nem tão-pouco se pretende imitar), a cplp irá progressivamente definindo a sua especificidade à medida dos seus próprios particularismos e exigências.

Nesta perspectiva, o Secretariado Executivo contará, inicialmente, com um «staff» técnico reduzido, ao qual se juntarão, a breve prazo, diplomatas destacados dos respectivos Estados membros. A sua função principal é a de impulsionar, coordenar e executar as acções e iniciativas da cplp, para o que recorrerá, sempre que necessário, à contratação de serviços externos, sendo a ideia subjacente a de não onerar demasiado esta organização com despesas fixas de pessoal, que poderão ser canalizadas para fins mais prementes.

Ao Comité de Concertação Permanente caberá aconselhar, apoiar e, de certa forma, avalizar a actividade desenvolvida pelo Secretário Executivo. Gostaria de prestar testemunho do empenho de todos os Embaixadores dos palop e do Brasil, com destaque

para a contribuição do Embaixador Itamar Franco – ex-Presidente daquele país – e do Embaixador António Monteiro, Representante do Governo português e Coordenador deste Comité desde a sua primeira reunião, que não pouparam esforços no sentido de concretizarem esta velha aspiração comum.

O Comité de Concertação Permanente, anteriormente designado por Comité de Embaixadores, continuará a reunir-se mensalmente em Lisboa e a dar o seu contributo para a marcha da organização, como órgão intergovernamental e representante, por excelência, da vontade política dos Estados membros.

Por outro lado, é intenção de cada país criar, junto do respectivo Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma divisão cplp, para o aconselhamento e o acompanhamento estrito do trabalho da Organização.

À data de hoje, pouco mais de quatro meses decorridos da sua constituição formal, a Comunidade dispõe já das condições logísticas mínimas e dos instrumentos jurídicos e financeiros necessários para o arranque das suas actividades.

- No plano material, o Secretariado encontra-se a funcionar, provisoriamente, na Av. da Liberdade tendo já sido adquirido, pelo Estado português, um palacete situado na Rua de São Caetano à Lapa, onde será instalada a Sede definitiva do Secretariado Executivo da Organização. Marcolino Moco e Rafael Branco já se encontram instalados em Lisboa e em plenas funções.

- No plano político, foram aprovados em 26 de Setembro último, em Nova Iorque, na primeira reunião do Conselho de Ministros, os Regimentos Internos dos vários órgãos da cplp, assim como o do Fundo Especial e o Orçamento de Funcionamento para o primeiro ano de actividades.

Ao nível das contribuições financeiras, ficou acordada uma quota fixa anual de 30 000 usd por Estado membro. Portugal, Brasil e Angola farão dotações suplementares para ajudar a custear as despesas do Secretariado neste seu primeiro ano de funcionamento. Os dois primeiros países anunciaram, ainda, uma contribuição inicial de um milhão de usd cada para o aprovisionamento do Fundo Especial. Será a partir deste Fundo, alimentado por contribuições voluntárias públicas e privadas, que serão financiadas as acções concretas a levar a cabo pela Comunidade.

Nesta reunião de Nova Iorque o Secretário Executivo apresentou as suas linhas programáticas de acção ao Conselho de Ministros, que as aprovou.

Sobressaem, resumidamente, as seguintes medidas:

Ao nível político-diplomático:

- garantir o reconhecimento formal da cplp pelos países terceiros e organizações internacionais relevantes;
- estudar formas de cooperação com organizações internacionais de carácter regional como a ue, mercosul ou sadc e organismos vocacionados para o diálogo Norte-Sul como o pnud, bird e ocde, entre outros;
- identificar nas agendas dos organismos internacionais pertinentes áreas de interesse comum para a apresentação de eventuais posições concertadas;
- estabelecer uma colaboração diplomática em questões de relevo para os Sete, com particular destaque para o caso de Timor-Leste.

Ao nível da promoção da língua portuguesa:

- promover a dinamização do Instituto Internacional da Língua Portuguesa;

- negociar a celebração de um protocolo de cooperação entre o Instituto Camões e organismos congéneres dos Sete, tendo em vista concertar as respectivas políticas de acção nos palop e junto das comunidades imigrantes dos países membros;
- criação de um espaço cplp na rtp Internacional e noutros meios audiovisuais e radiofónicos para divulgação dos objectivos, programas e actividades em curso na Comunidade, assim como para o ensino básico da língua portuguesa;
- desenvolver a já criada «home page cplp» interactiva, na internet, por forma a divulgar a sua acção, tornar transparente os seus procedimentos e auscultar a opinião dos cidadãos;
- criação imediata de uma «news-letter» cplp;
- criação de um prémio cplp para o melhor trabalho de investigação jornalística sobre a actividade e o desenvolvimento da Comunidade;
- estudar a possibilidade de se criar um núcleo de bolsas de estudo para os melhores alunos do ensino secundário, e um programa de formação de professores do ensino básico de Português, dirigido a candidatos dos palop.

Ao nível político-institucional:

- sensibilizar os Sete para que procedam rapidamente à ratificação do Acordo Ortográfico;
- dar apoio à iniciativa em curso de realização de encontros interparlamentares;
- promover entendimentos que favoreçam políticas e modalidades comuns de atribuição de vistos de passagem e residência para os nacionais dos Sete, envolvendo também medidas relativas a políticas de imigração, à segurança comum e à luta contra a criminalidade organizada e o tráfico de droga;
- promover a realização de encontros de altos funcionários para trocas de experiências sobre Administração Pública;
- incentivar a ligação entre a cplp e ong, fundações e associações vocacionadas para a cooperação no espaço lusófono de maneira a promover uma melhor coordenação das suas actividades no terreno;
- realizar encontros regulares entre equipas de futebol e outras modalidades desportivas e lúdicas por forma a incentivar o espírito comunitário.

Ao nível da cooperação técnico-económica:

- apoiar a constituição de grupos de trabalho dos Sete, formados por agentes económicos e representantes da sociedade civil, nas diversas áreas profissionais, cujas conclusões poderão servir de base para a adopção de políticas comuns de cooperação;
- dar seguimento às recomendações do Seminário para a Cooperação Económica e Empresarial – realizado à margem da Cimeira Constitutiva – incentivando a constituição de um grupo de trabalho com vista à celebração de protocolos de liberalização das trocas comerciais, harmonização das barreiras pautais e de protecção ao investimento estrangeiro.

O pacote apresentado pelo Secretário Executivo revela-se um conjunto coerente de medidas concretas, destinadas a confrontar situações reais, num espírito de aproveitamento das potencialidades, complementaridades e interdependências decorrentes de uma cooperação mais estreita e concertada, baseadas na procura de uma convergência das diversidades existentes.

Três importantes orientações políticas emanaram deste Conselho de Ministros.

Em primeiro lugar, uma determinação clara de conferir maior relevo e protagonismo ao Secretariado Executivo; o Secretário Executivo representa o rosto visível da Comunidade

e será ele o primeiro responsável pela condução das actividades da Organização. Caber-lhe-á a iniciativa quanto à identificação das acções a concretizar e a adopção das respectivas modalidades de execução.

Seguidamente, uma convergência de vontades dos Sete em atribuir a chancela da cplp às acções de cooperação que já existem entre si. Foi já sob esta nova orientação que se realizaram em Cabo Verde, em 30 do mês findo, o II Encontro dos Presidentes dos Tribunais de Contas dos sete países membros e em Lisboa, de 20 a 21 de Novembro último, a reunião dos Ministros da Agricultura. Encontram-se agendados para o Maputo, de 2 a 4 de Dezembro próximo, o VII Congresso dos Veterinários de Língua Portuguesa e de 5 a 6 do mesmo mês, a reunião dos Ministros das Comunicações dos Sete.

Finalmente, a decisão de Portugal e dos palop de alargarem ao Brasil, sempre que possível, o âmbito de aplicação das suas acções de cooperação e de concertação político-diplomática, desenvolvidas no seio do formato Cinco + Um.

Desde a reunião de Nova Iorque até à presente data, devem ser realçadas as seguintes acções:

- A Declaração Constitutiva da cplp, traduzida para inglês e francês, foi circulada como documento oficial das Nações Unidas, dando assim a conhecer formalmente aos cento e oitenta e cinco Estados membros daquela Organização os fundamentos e contornos desta nova entidade internacional.
- Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Sete, nas comunicações que apresentaram perante a 51.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, sublinharam a recente adesão dos seus países à cplp como um marco importante das respectivas políticas externas.
- Os sete Estados membros apresentaram uma intervenção conjunta, em nome da Comunidade, relativamente ao ponto intitulado «Desenvolvimento Cultural» da agenda da 2.ª Comissão da 51.ª Assembleia Geral das Nações Unidas.
- A cplp esteve presente, com um «stand» de informação, na Expo Língua Portugal 96 – 7.º Salão Português de Línguas e Culturas, evento realizado em Lisboa, no Forum Telecom, de 24 a 26 de Outubro último.
- A CPLP dispõe já de uma «home page» interactiva na INTERNET, cujo endereço é: [www.cplp.org](http://www.cplp.org).
- O Secretário Executivo deslocou-se, a convite desta, à sede da Commonwealth, para trocar conhecimentos e experiências mútuas. Participou, igualmente, na Cimeira Ibero-Americana realizada em Santiago do Chile e tem efectuado viagens de promoção por vários países.
- No âmbito da unesco, a cplp tem activamente demonstrado a sua unidade subscrevendo, em conjunto, variadas propostas de acção.
- Os sete países da Comunidade decidiram apoiar a candidatura do ex-Ministro brasileiro do Ambiente, Brandão Cavalcanti, ao cargo de Director Executivo do pnua – Programa das Nações Unidas para o Ambiente, cuja designação ocorrerá em Dezembro.
- Por fim, a recente eleição de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que mereceu os esforços conjugados dos Sete – juntamente com o segundo ano de presença da Guiné-Bissau naquele órgão – reforçará a visibilidade internacional da cplp e a sua capacidade de intervenção no sistema das Nações Unidas.

Teria sido difícil fazer mais e melhor em tão pouco tempo. As grandes realizações cimentam-se ao longo de anos de aturados esforços e de sucessivas conquistas. Vejam-se,

por exemplo, os trinta anos de existência do Secretariado da Commonwealth ou os trinta e oito de vida das Comunidades Europeias.

Será que alguém se lembra das medidas tomadas por estas organizações nos seus primeiros quatro meses de existência?

O entendimento obtido sobre os pontos que atrás mencionei faz prefigurar o abandono de algum cepticismo que ainda paira sobre a capacidade dos Sete em demonstrarem, na prática, os fortes laços de solidariedade que os unem. A unidade demonstrada à volta destas questões veio trazer uma renovada confiança no projecto comum de erigir, aos poucos e poucos, uma nova entidade multilateral que protagonize, na cena internacional, a defesa dos interesses dos povos do espaço lusófono.

Contra aqueles que persistem em denegrir ou criticar futilmente o espírito construtivo que anima os responsáveis dos países membros desta Comunidade – que é também de afecto – recorro as palavras do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, ao receber Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da recente visita do Presidente brasileiro a Luanda: «Angola e Brasil são parte integrante de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa, espalhados por quatro continentes... Nunca é de mais valorizar estes laços orgânicos, que nos permitem enfrentar com renovado vigor o potencial de agressão industrial, financeira ou cultural fomentada por grupos económicos, políticos ou militares ligados a interesses nacionais ou multinacionais. É nesse processo de defesa, afirmação e reconhecimento de nós próprios, que encontramos aquilo que nos une e nos distingue dos outros povos e países. Muitas vezes não damos valor à riqueza que temos ao pé da porta, preferindo alimentar ilusões e angústias sobre o presente e o futuro, em lugar de explorarmos as virtualidades do que já possuímos e enriquecermos os legados históricos e culturais que temos para administrar».

Entre a potência regional brasileira, com os seus cento e sessenta milhões de habitantes e o pequeno e isolado São Tomé e Príncipe, que conta apenas com cem mil; entre o razoável bem-estar dos portugueses, estimado em cerca de 10 000 usd de pib real per capita e as dificuldades de Moçambique, com apenas 400; entre a estabilidade e paz social de Cabo Verde e as agruras do conflito angolano, haverá que procurar caminho para o máximo denominador comum e abrir espaço para a afirmação externa da Comunidade que se pretende desenvolver.

Longe de pretender substituir-se aos compromissos de integração anteriormente assumidos pelos seus membros, a cplp representa, pelo contrário, um complemento de identidade e um suplemento de possibilidades que se abrem para além do enquadramento nas organizações regionais a que os Sete pertencem, desde a União Europeia, passando pela sadc, o mercosul ou o ecowas.

Pegando num dos últimos discursos de Jacques Delors, enquanto Presidente da Comissão Europeia, eu diria igualmente que, no caso particular da cplp, «a via do sucesso exige que a acção assente, doravante, sobre a cooperação que reforça e a solidariedade que une».